

# Lista de proposições em monitoramento pelo Conselho Federal de Psicologia

## 1. Proposições prioritárias

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 769/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Felipe Bornier (PSD/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 4.119, de 27 de Agosto de 1962, que "dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo" para dispor sobre a jornada semanal de trabalho do psicólogo.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 19/10/2016 – Aguardando parecer da relatora Dep. Laura Carneiro (PMDB-RJ)</p>
<p><a href="#">PL 1015/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Dr. Jorge Silva - PROS/ES</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que "Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", para fixar o piso salarial da categoria.</p>	<p>Comissão de Finanças e Tributação – Câmara dos Deputados – 13/11/2015 – Aguardando parecer do relator Dep. Rodrigo Martins (PSB-PI).</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 1858/1991 (PLC 63/1993 - Câmara)</a>  <b>Autor:</b> Dep. Sigmaringa Seixas (PT/DF)  <b>Ementa:</b> Equipara o <b>salário profissional e jornada de trabalho do psicólogo</b> ao do cirurgião-dentista e do médico.</p>	<p>Plenário – Câmara dos Deputados – 12/03/2012 – Pronta para pauta no Plenário.</p>
<p><a href="#">PLS 350/2014</a>  <b>Autora:</b> Senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO)  <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina, para modificar as atividades privativas de médico.</p>	<p>Senado Federal – 01/08/2016 – Retirado pelo autor. Arquivado.</p>
<p><a href="#">PL 3688/2000 (PLC 60/2007 - Senado)</a>  <b>Autor:</b> Dep. José Carlos Elias (PTB/ES)  <b>Ementa:</b> Dispõe sobre a introdução de <b>assistente social e psicólogo</b> no quadro de profissionais de <b>educação em cada escola</b>.</p>	<p>Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) – Câmara dos Deputados – 09/07/2015 - Parecer encaminhado à publicação.</p>
<p><a href="#">PLC 18/2012 - Câmara (PL 838/2007)</a>  <b>Autor:</b> Dep. Marcos Montes (DEM/MG)  <b>Ementa:</b> Dispõe sobre a <b>obrigatoriedade da presença do orientador educacional</b> nas instituições públicas de educação básica.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – Senado Federal – 13/04/2014 – Aguardando Designação de relator.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PEC 171/1993</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Benedito Domingos (PP/DF)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a <b>imputabilidade penal do maior de dezesseis anos</b>.</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">clique aqui</a></p>	<p>Comissão Especial - Câmara dos Deputados – 19/08/2015 - Aprovada, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 171 de 1993. Sim: 320; não: 152; abstenção:1; total: 473. - A matéria vai ao Senado Federal.</p>
<p><a href="#">PEC 33/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da <b>inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos</b> por lei complementar.</p> <p><b>Obs.:</b> Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 90, de 2003; 74 e 83, de 2011; 33, de 2012; e 21, de 2013.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senado Federal – 12/04/2016 – Apresentação do Relatório do Senador Ricardo Ferraço, com voto favorável à PEC nº 33, de 2012, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário às PECs nºs 74, de 2011; 21, de 2013 e 115, de 2015.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 7663/2010 (PLC 37/2013 Senado Federal)</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Osmar Terra (PMDB/RS)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a <b>obrigatoriedade da classificação das drogas</b>, introduzir circunstâncias qualificadoras dos crimes previstos nos arts. 33 a 37, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e dá outras providências.</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Educação, Cultura e Esporte – 13/03/2015 – Aguardando parecer do relator Senador Lasier Martins (PDT/RS).</p> <p>12/05/2015 - A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova o Requerimento nº 49/2015-CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, em aditamento ao Requerimento nº 24/2015-CE, para que seja incluída, como expositora, a Presidente do Conselho Federal de Psicologia - CFP, Dra. Mariza Monteiro Borges, nas Audiências Públicas destinadas a discutir o PLC 37, de 2013, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas".</p>
<p><a href="#">PL 1220/2007</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Jovair Arantes (PTB/GO).</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a <b>elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais</b>, como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família - Câmara dos Deputados – 23/06/2015 - Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CSSF, pelo Deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), pela rejeição.</p>
<p><a href="#">PL 7200/2010</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Ricardo Berzoini (PT/SP) e outros</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a <b>ampliação da participação dos profissionais de saúde na perícia da Previdência Social</b>.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 09/12/2015 - Arquivado nos termos do art. 54 combinado com o § 4º do art. 58 do RICD (inconstitucionalidade e/ou injuridicidade)</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 4364/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Poder Executivo</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, <b>que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.</b></p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 16/07/2015 – Aguardando parecer do relator Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).</p>
<p><a href="#">PL 7500/2006 (PLC 76/2011 - Senado)</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO)</p> <p><b>Ementa:</b> Determina a <b>obrigatoriedade da assistência psicológica</b> a educadores e educandos da <b>educação básica.</b></p>	<p>Comissão de Educação – Senado Federal – 24/03/2015 – Aguardando parecer do relator Senador Wilder Moraes.</p>
<p><a href="#">PL 6126/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Poder Executivo</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina. "<b>Ato Médico</b>".</p>	<p>Comissão de Seguridade, Social e Família – Câmara dos Deputados – 04/05/2015 – Aguardando parecer do relator Dep. Luiz Carlos Busato (PTB-RS).</p>
<p><a href="#">PEC 32/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Gonzaga Patriota - PSB/PE</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a redação dos artigos 14 e 228 da Constituição Federal, para estabelecer a plena maioria civil e penal aos dezesseis anos de idade.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados – 06/07/2016 - Parecer do Relator, Dep. Pastor Eurico (PHS-PE), pela admissibilidade.</p>

## 2.Regulamentação das Profissões

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 3512/2008 (PLC 31/2010 Senado)</a>  <b>Autora:</b> Dep. Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO)  <b>Ementa:</b> Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de <b>Psicopedagogia</b>.</p>	<p>Comissão de Educação, Cultura e Esporte – Senado Federal – 13/11/2014 –  Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 2781/2008 (PLC 184/2010 - Câmara)</a>  <b>Autor:</b> Dep. Walter Brito Neto (PRB/PB)  <b>Ementa:</b> Regulamenta o exercício profissional de <b>grafologista</b>.</p>	<p>Senado Federal – 26/12/2014 – Arquivada ao final da legislatura.</p>
<p><a href="#">PL 1549/2003</a>  <b>Autor:</b> Dep. Celso Russomanno (PP/SP)  <b>Ementa:</b> Disciplina o exercício profissional de Acupuntura e determina outras providências.</p>	<p>Câmara dos Deputados – Comissão de Constituição e Justiça e de  Cidadania – 25/05/2016 – Aguardando parecer do Relator, Dep. Hiran  Gonçalves (PP-RR).</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLS 399/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. Roberto Requião (PMDB/PR)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a <b>revalidação e o reconhecimento automático de diplomas</b> oriundos de cursos de <b>instituições</b> de ensino superior <b>estrangeiras</b> de reconhecida excelência acadêmica.</p>	<p>Comissão de Educação – Senado Federal – 04/06/2014 – Aguardando votação do turno suplementar do substitutivo.</p>
<p><a href="#">PL 3405/2008</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Dr. Talmir (PV/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Estabelece a obrigatoriedade do Estado em oferecer <b>exame psicológico em policiais civis e militares, policiais federais e agentes penitenciários</b> que estiverem em atividade e dá outras providências.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família - Câmara dos Deputados – 09/02/2015 – Aguardando parecer do relator.</p>
<p><a href="#">PL 1444/2003</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Abelardo Lupion (PFL/PR)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o exame de suficiência para o <b>exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.</b></p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 2598/2007</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Geraldo Resende (PMDB/MS)</p> <p><b>Ementa:</b> Obriga os estudantes de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, <b>Psicologia</b> e Terapia Ocupacional, que concluírem a graduação em instituições públicas de ensino ou em qualquer instituição de ensino, desde que custeados por recursos públicos, a <b>prestarem serviços remunerados em comunidades carentes de profissionais em suas respectivas áreas de formação.</b></p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – Comissão de Finanças e Tributação – 10/08/2016 – Aguardando parecer do relator Dep. Lelo Coimbra (PMDB-ES)</p>
<p><a href="#">PL 7574/2006 (PLC 131/2012 - Câmara)</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Enio Bacci (PDT/RS)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as <b>agências de modelos</b>, com sede no Brasil, <b>manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos)</b>, para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências.</p>	<p>Comissão de Assuntos Sociais – Senado Federal – 13/05/2015 - aprovado EXTRAPAUTA o Requerimento nº 18, de 2015-CAS, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, solicitando Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2012.</p>
<p><a href="#">PL 7855/2010</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Neilton Mulim (PR/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a regulamentação da profissão de <b>Psicopedagogo</b> com abertura para atuação nas especificidades tangentes à Qualidade da Humanização Hospitalar em Setores Infantis e à Preservação de Incapacidade Proteção à Independência de Idosos.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>



Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 4746/1998</a> (<a href="#">PLC 196/2009</a>; <a href="#">PLC 31/2010 - Senado</a>)</p> <p><b>Autor:</b> Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o exercício da profissão de <b>Pedagogo</b> e dá outras providências.</p>	<p>Comissão de Educação, Cultura e Esporte – Senado Federal – 19/11/2014 - Aguardando parecer do relator Senador Cyro Miranda.</p>
<p><a href="#">PL 795/2003</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Leonardo Picciani (PMDB/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de <b>Psicomotricista</b> e autoriza a criação dos <b>Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade</b>.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados – 26/02/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 559/2007</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a realização de <b>exame de suficiência como requisito para a obtenção de registro profissional</b>.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PEC 185/2003</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Pedro Henry (PP/MT)</p> <p><b>Ementa:</b> Inclui os <b>Conselhos de Fiscalização Profissional</b> como agentes fiscalizadores das atividades profissionais, dando-lhes poder para solicitar ação de inconstitucionalidade; regula o regime de trabalho dos servidores destes Conselhos e extingue a competência privativa da União de fixar contribuição social, transferindo aos Conselhos Federais de profissões regulamentadas; altera a Constituição Federal de 1988.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 19/03/2015 - Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 5680/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Glauber Braga (PSB/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a <b>escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais</b> incumbidos da fiscalização do exercício profissional.</p>	<p>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - Câmara dos Deputados - 18/10/2016 - Parecer do Relator Dep. Efraim Filho (DEM-PB), pela rejeição.</p>
<p><a href="#">PL 5434/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Lauriete (PSC/ES)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para dispor sobre <b>isenção de anuidades</b> cobradas por conselhos profissionais.</p>	<p>Câmara dos Deputados - 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PL 7647/2010</a></p> <p><b>Autor:</b> Milton Monti (PR/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a <b>regulamentação da profissão de Terapeuta Ocupacional</b> e dá outras providências.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados - 16/07/2015 - Apresentação do parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 6018/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Leonardo Gadelha (PSC/PB)</p> <p><b>Ementa:</b> Determina que todos os Conselhos profissionais concedam <b>isenção da taxa de anuidade aos seus membros portadores de neoplasia maligna.</b></p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PL 6959/2010</a></p> <p><b>Autor:</b> Comissão de Legislação Participativa</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Naturista.</p>	<p>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público– Câmara dos Deputados – 19/06/2015 – Apresentação do parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela rejeição.</p>
<p><a href="#">PL 3804/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Giovani Cherini (PDT/RS)</p> <p><b>Ementa:</b> Regulamenta a profissão de Naturólogo.</p> <p>Explicação da ementa: Profissional que exerce a Naturologia, que utiliza técnicas e procedimentos terapêuticos tidos como holísticos visando a promoção e a recuperação da saúde.</p>	<p>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – Câmara dos Deputados – 26/10/2016 – Aguardando designação de relator.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 65/2003</a></p> <p><b>Autor:</b> Arlindo Chinaglia (PT/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Proíbe a criação de novos cursos médicos e a ampliação de vagas nos cursos existentes, nos próximos dez anos e dá outras providências.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados - 28/11/2007 - Aprovado parecer com complementação de voto, Dep. Átila Lira (PSB - PI), pela aprovação do Projeto e Lei nº 65/03 e dos PL's nºs 3.624/04, 6.395/05, 16/07 e 1.037/07, apensados, com Substitutivo.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#"><u>PLS 79/2013</u></a></p> <p><b>Autor:</b> Jayme Campos (DEM/MT)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o serviço civil obrigatório para os profissionais de saúde.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Institui a prestação obrigatória e remunerada do serviço civil social, por profissionais recém-graduados na área de saúde que hajam concluído sua graduação em instituições públicas, ou que tenham sido beneficiários de bolsas ou outros auxílios oriundos de recursos federais; estabelece que, a critério do Poder Público Federal, segundo as diretrizes e necessidades do SUS, serão criados cadastros específicos para a alocação dos profissionais nas localidades carentes, de acordo com suas áreas de formação; determina que a remuneração devida aos profissionais convocados por força desta Lei não seja inferior ao piso salarial fixado para cada uma de suas categorias; estabelece que a avaliação do serviço civil comportará peso diferenciado para prova de títulos em concursos públicos, nunca inferior a 10% do total da pontuação máxima atribuída pelos respectivos editais; determina que a obtenção de registro definitivo junto aos conselhos e órgão fiscalizadores do exercício das respectivas profissões fica condicionada à prestação do serviço civil que trata esta Lei; estabelece que esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, não se aplicando aos estudantes até então matriculados.</p>	<p>Comissão de Educação – Senado Federal – 12/03/2015 - Devolvido pelo relator, Senador Paulo Paim, com relatório pela prejudicialidade do presente Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2013, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012, na forma do substitutivo oferecido.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLS 193/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Pedro Taques (PDT/MT)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 14/05/2014 – Recebido relatório do Senador Armando Monteiro, com voto pela aprovação do Projeto – Pronto para pauta na Comissão.</p>
<p><a href="#">PLS 6838/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Eliene Lima - PSD/MT</p> <p><b>Ementa:</b> Estabelece a obrigatoriedade de exames que avaliem a capacidade psicológica de candidatos ao ingresso nos órgãos de segurança pública, nas guardas municipais armadas e no cargo de agente penitenciário e a avaliação anual, por junta composta por médico, psicólogo e assistente social, dos integrantes desses órgãos que estiverem no serviço ativo.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família - Câmara dos Deputados – 09/02/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 513/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Fausto Pinato - PRB/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame de proficiência para todas as profissões regulamentadas.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - Câmara dos Deputados – 10/04/2015 – Aguardando designação de relator.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 1025/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Bruno Covas - PSDB/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a obrigatoriedade das companhias aéreas a oferecer gratuitamente serviço de acompanhamento psicológico aos pilotos, copilotos e demais empregados.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público- Câmara dos Deputados - 13/09/2016 - Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 1689/2015 (PLC 211/2015 – Senado)</a></p> <p><b>Autor:</b> Dr. Jorge Silva - PROS/ES</p> <p><b>Ementa:</b> Institui o Dia Nacional do Psicólogo.</p>	<p>Senado Federal - 10/03/2016 - Pronto para pauta no Plenário.</p>
<p><a href="#">PLS 439/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Senador Donizeti Nogueira</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração.</p> <p><b>Explicação da Ementa:</b> Estabelece que cargos e funções com atribuições voltadas para os campos da Administração, em organizações privadas, não governamentais e públicas, somente poderão ser providos por Tecnólogos e Administradores profissionais regulares na forma da lei, que ficam obrigados a comprovar, anualmente, perante organização empregadora, a regularidade com o Conselho Regional de Administração - CRA. Estabelece multas aplicáveis pelos CRAs.</p>	<p>Comissão de Assuntos Sociais - 04/09/2015 -Senado Federal - Aguardando parecer do relator Senador Romero Jucá.</p>

### 3. Segurança, Justiça e Promoção de Direitos

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLS 236/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> José Sarney (PMDB/AP)</p> <p><b>Ementa:</b> Reforma do Código Penal Brasileiro</p> <p><b>Explicação da Ementa:</b> Institui novo Código Penal, sendo dividido em Parte Geral (art. 1º ao 120) e Parte Especial (art. 121 ao 541). Sendo a Parte Geral dividida nos seguintes Títulos: I - Aplicação da Lei Penal (art. 1º ao 13); II - Do Crime (art. 14 ao 44); III - Das Penas (art. 45 ao 70); VI - Da Individualização das Penas (art. 71 ao 94); V - Medidas de Segurança (art. 95 ao 98); VI - Ação Penal (art. 99 ao 104); VII - Barganha e Colaboração com a Justiça (art. 105 ao 106); VIII - Extinção da Punibilidade (art. 107 ao 120). A Parte Especial tem os seguintes Títulos: I - Crimes Contra a Vida (art. 121 ao 154); II - Crimes Contra o Patrimônio (art. 155 ao 171); III - Crimes contra a Propriedade Imaterial (art. 172 ao 179); IV - Crimes Contra a Dignidade Sexual (art. 180 ao 189); V - Crimes Contra a Incolumidade Pública; VI - Crimes Cibernéticos (art. 208 ao 211), VII - Crimes Contra a Saúde Pública (art. 212 ao 238); VIII - Crimes Contra a Paz Pública (art. 239 ao 258); IX - Crimes Contra a Fé Pública (art. 259 ao 270); X - Crimes Contra a Administração Pública (art. 271 ao 324); XI - Crimes Eleitorais (art. 325 ao 338); XII - Dos Crimes Contra as Finanças Públicas (art. 339 ao 347); XIII - Crimes Contra a Ordem Econômico-Financeira (art. 348 ao 387); XIV - Crimes contra Interesses Metaindividuais (art. 388 ao 451); XV - Crimes Relativos a Estrangeiros (art. 452 ao 457); XVI - Crimes Contra os Direitos Humanos (art. 458 ao 503); XVII - Crimes de Guerra (art. 504 ao 541). O Código entrará em vigor noventa dias após a data de sua publicação (art. 542). Indica, de forma específica, todas as disposições legais que serão revogadas (art. 543).</p>	<p>Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado - 02/10/2014 - Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 28.10.2014, Requerimento nº 211, de 2014, do Senador Walter Pinheiro, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 337, de 2003; e 236, de 2012, por regularem matéria correlata.</p>



Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 6583/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Anderson Ferreira (PR/PE)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências.</p> <p>Projetos Apensados: <a href="#">PL 6584/2013</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – Comissão Especial – 24/09/2015 - Aprovado o Parecer com Complementação de Voto, ressalvados os destaques, contra os votos dos Deputados Maria do Rosário, Glauber Braga, Bacelar, Erika Kokay e Jô Moraes. Apresentou voto em separado a Deputada Erika Kokay.</p>
<p><a href="#">PL 8046/2010 (PLS 166/2010 - Câmara)</a></p> <p><b>Autor:</b> José Sarney (PMDB/AP)</p> <p><b>Ementa:</b> Código de Processo Civil</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Reforma o Código de Processo Civil (aborda a atuação do Perito e Assistente Técnico, do Mediador e do Conciliador). Revoga a <a href="#">Lei nº 5.869, de 1973</a>.</p>	<p>Plenário – 26/03/2014 – Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Paulo Teixeira (PT-SP).</p> <p>27/03/2014 – Encaminhados ao Senado Federal os autógrafos que consubstanciam a matéria aprovada pela Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PLS 499/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> COMISSÃO - ATN Nº 2, de 2013 - CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF</p> <p><b>Ementa:</b> Define crimes de terrorismo e dá outras providências.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Define crimes de terrorismo, estabelecendo a competência da Justiça Federal para o seu processamento e julgamento.</p>	<p>Senado Federal – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – 21/05/2015 – Aguardando designação de relator.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 4471/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Paulo Teixeira (PT/SP), Fábio Trad (PMDB/MS, Delegado Protógenes (PCdoB/SP) e <u>outros</u></p> <p><b>Ementa:</b> Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera o Código de Processo Penal e dispõe sobre perícia criminal e “autos de resistência”.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 03/06/2013 – Pronto para pauta no Plenário – 13/01/2015 - Juntado aos autos o Ofício 364/14 - Fórum Nacional da Educação - FNE - Moção de apoio a este.</p>
<p><a href="#">PL 313/2007 (PL 7364/2014, PL 3637/2012)</a></p> <p><b>Autor:</b> Maurício Trindade (PR/BA)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei n.º 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Estabelece a oferta de pelo menos três métodos de contracepção reversíveis, um método irreversível para homem e um para mulher. Possibilita a esterilização voluntária a partir dos 23 (vinte e três) anos</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – 12/03/2014 – Aguardando parecer do relator.</p>

[PL 3722/2012](#)

**Autor:** Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC)

**Ementa:** Disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas.

**Explicação da ementa:** Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e revoga a Lei nº 10.826, de 2003.

**Apensados:** [Clique aqui](#)

Comissão Especial - Câmara dos Deputados - 10/11/2015 - Parecer Reformulado, Dep. Laudivio Carvalho (PMDB-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 4444/2012, do PL 5343/2013, do PL 6970/2013, do PL 7283/2014, do PL 7737/2014, do PL 439/2015, do PL 633/2015, do PL 693/2015, do PL 805/2015, do PL 986/2015, do PL 1102/2015, do PL 1103/2015, do PL 1257/2015, do PL 1263/2015, do PL 1391/2015, do PL 1401/2015, do PL 1493/2015, do PL 1703/2015, do PL 2349/2015, do PL 7302/2014, do PL 7282/2014, do PL 7738/2014, do PL 553/2015, do PL 591/2015, do PL 841/2015, do PL 1095/2015, do PL 1952/2015, do PL 8126/2014, do PL 506/2015, do PL 7626/2014, do PL 8296/2014, do PL 695/2015, do PL 2584/2015, do PL 1162/2015, do PL 1809/2015, do PL 2850/2015, e do PL 2393/2015, apensados, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição do PL 771/2015, e do PL 1009/2015, apensados, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação parcial do PL 1206/2015, do PL 2588/2015, do PL 1920/2015, do PL 2188/2015, do PL 2367/2015, e do PL 2151/2015, apensados, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação parcial do PL 3033/2015, apensado, e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do PL 3117/2015, apensado.

<p><a href="#">PLS 271/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> SENADOR - Vital do Rêgo</p> <p><b>Ementa:</b> Estabelece critérios para o uso progressivo da força e de armas de fogo pelos órgãos, agentes e autoridades de segurança pública.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 10/03/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 4456/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Senado Federal - Renan Calheiros - PMDB/AL</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta inciso VI ao art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para incluir programas de assistência psicossocial dentre os projetos apoiados pelo Fundo.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Finanças e Tributação – Câmara dos Deputados – 09/06/2016 – Aguardando parecer do Relator, Dep. Vicente Candido (PT-SP).</p>

[PL 3941/2004](#)

**Autor:** Nelson Bornier - PMDB/RJ

**Ementa:** Altera disposições da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento)

**Explicação da Ementa:** Possibilita à Polícia Civil do Estado onde residir o requerente expedir o Certificado de Registro de Arma de Fogo e o porte de arma de fogo de uso permitido; destina as armas e munições apreendidas ou encontradas aos órgãos estaduais de Segurança Pública; autoriza o Policial Estadual a registrar arma de fogo de calibre restrito.

**Apensados:** [Clique aqui](#)

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado –  
Câmara dos Deputados – 14/08/2015 – Aguardando parecer do relator  
Dep. João Campos (PSDB-GO).

### **3.1. Criança e Adolescente**

#### **3.1.1. Defesa da Infância e da Juventude**

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLS 593/1999 (PL 7197/2002 - Câmara)</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. Ademir Andrade (PSB/PA)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a permissão da aplicação de <b>medidas sócio-educativas</b> aos infratores que atingirem a maioria penal.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 26/03/2015 - Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa.</p> <p>02/06/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2041/2015, pelo Deputado Sergio Vidigal (PDT-ES), que: "Requer a instalação de Comissão Especial a fim dar parecer.</p>
<p><a href="#">PEC 489/2005</a></p> <p><b>Autor:</b> Medeiros (PL/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Dá nova redação ao art. 228 da Constituição Federal.</p> <p><b>Explicação da Ementa:</b> Submete o <b>menor de 18 (dezoito) anos</b> acusado da prática de delito penal à <b>prévia avaliação psicológica</b> para que o juiz conclua sobre sua <b>inimputabilidade</b>.</p> <p><b>Obs:</b> <u>Apensada à PEC 171/1993</u></p>	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Câmara dos Deputados – 01/07/2015 - Desapensação automática desta da PEC n. 171/1993, principal, em face da declaração de prejudicialidade desta e do seu conseqüente arquivamento. (Sessão Deliberativa Extraordinária de 01/07/2015 - 21:32).</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLS 23/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o <b>SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo</b>, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências.</p>	<p>Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Senado Federal – 30/05/2016 – Aguardando parecer da relatora Senadora Fátima Bezerra.</p>
<p><a href="#">PEC 20/1999</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. José Roberto Arruda (PSDB/DF)</p> <p><b>Ementa:</b> Reduz para <b>16 (dezesseis) anos a idade para imputabilidade penal.</b></p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">PEC 90/2003</a>; <a href="#">PEC 18/1999</a>; <a href="#">PEC 3/2001</a>; <a href="#">PEC 26/2002</a>; <a href="#">PEC 9/2004</a></p>	<p>Senado Federal – 19/01/2015 – Processo devolvido e arquivado.</p>
<p><a href="#">PDC 1002/2003</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Robson Tuma (PFL/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Convoca Plebiscito para consulta popular da <b>redução ou não da maioria.</b></p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados – 09/02/2015 – Pronta para pauta.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 4237/2008</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Sandes Júnior (PP/GO)</p> <p><b>Ementa:</b> Obriga os funcionários de creches particulares e outras entidades de atendimento conveniadas com o Poder Público a <b>notificação dos casos de violência contra a criança e adolescente aos Conselhos Tutelares.</b></p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">clique aqui</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 05/08/2015 - Arquivado nos termos do artigo 133 do RICD (rejeição nas Comissões de mérito).</p>
<p><a href="#">PL 2129/1996</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep; Augusto Nardes (PP/RS)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências".</p> <p><b>Explicação:</b> Tipifica, como crime, práticas que incentivam a criança e os adolescentes ao sexo, violência, pornografia e vícios.</p>	<p>Plenário da Câmara dos Deputados – 25/03/2015 - Declarado prejudicado em face da aprovação do Projeto de Lei n. 8077/2014, apensado (Sessão Deliberativa Extraordinária de 25/03/2015 - 19:57).</p>
<p><a href="#">PL 267/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Cida Borghetti (PP/PR)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de estabelecer <b>deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante.</b></p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>



Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 5165/2001</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. José Carlos Coutinho (DEM-RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Cria mecanismos para proteger as crianças e adolescentes do abuso sexual, pornografia, bebida alcoólica, fumo, jogos de azar, prostituição e outros; agrava a pena para quem forçar, induzir, constranger ou instigar menor à prática de crime.</p>	<p>Plenário da Câmara dos Deputados - 25/03/2015 - Declarado prejudicado em face da aprovação do Projeto de Lei n. 8077/2014, apensado (Sessão Deliberativa Extraordinária de 25/03/2015 - 19:57).</p>
<p><a href="#">PL 6260/2002</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Aloizio Mercadante (PT/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.</p> <p><b>Explicação da ementa :</b> Aumenta a pena para quem utilizar, instigar, induzir ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ato criminoso, incluindo tráfico de droga e seqüestro.</p>	<p>Plenário da Câmara dos Deputados - 25/03/2015 - Declarado prejudicado em face da aprovação do Projeto de Lei n. 8077/2014, apensado (Sessão Deliberativa Extraordinária de 25/03/2015 - 19:57).</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLS 247/2012 (PL 8324/2014)</a></p> <p><b>Autor:</b> Angela Portela (PT/RR)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.</p> <p><b>Explicação da Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para dispor que o uso de psicofármacos em crianças e adolescentes exigirá comprovada necessidade do uso, que deve ocorrer em conformidade com os protocolos clínico-terapêuticos aprovados pelo Ministério da Saúde, proibindo o uso da medicalização de forma indiscriminada, inadequada, desnecessária ou excessiva. Dispõe que será promovida, em caráter permanente, campanha de prevenção ao uso indiscriminado e inadequado de medicação psicofarmacológica. Estabelece que esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 14/07/2015 - Comissão de Seguridade Social e Família - Aguardando parecer do relator Dep. Osmar Terra (PMDB-RS).</p>
<p><a href="#">PLS 68/2009 (PL 6869/2010)</a></p> <p><b>Autor:</b> Tasso Jereissati (PSDB/CE)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941- Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente.</p>	<p>Plenário - Câmara dos Deputados – 24/02/2015 - Declarado prejudicado em face da aprovação do Projeto de Lei nº 5.502/2013, apensado – A matéria vai à sanção.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 1931/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Sueli Vidigal (PDT/ES)</p> <p><b>Ementa:</b> Autoriza o Poder Público a manter sob sua tutela e internar para tratamento médico as crianças e os adolescentes apreendidos em situação de risco e fixa outras providências.</p> <p><b>Projeto apensado:</b> <a href="#">PL 2372/2011</a></p>	<p>Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – Câmara dos Deputados – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 348/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Hugo Leal (PSC/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Cria dispositivos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre antecedentes, tratamento ambulatorial, internação em estabelecimento de tratamento psiquiátrico e responsabilidade do Estado para adequar as entidades de atendimento, públicas ou privadas, às diretrizes e normas deste Estatuto.</p> <p><b>Projeto apensado:</b> <a href="#">PL 1035/2011</a></p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 04/06/2013 – Aguardando designação de relator.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PDC 1460/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Milton Monti (PR/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Susta os efeitos da Resolução nº 163 de 13 de março de 2014, do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Susta os efeitos da resolução que dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família - Câmara dos Deputados - 27/03/2015 - Aguardando parecer da relatora Dep. Benedita da Silva (PT-RJ).</p>
<p><a href="#">PL 6998/2013 (PLC 14/2015 - Senado)</a></p> <p><b>Autor:</b> Osmar Terra (PMDB/RS) , Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) , Eleuses Paiva (PSD/SP) e outros</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 1º e insere dispositivos sobre a Primeira Infância na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.</p>	<p>09/03/2016 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA</p>
<p><a href="#">PLS 55/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Otto Alencar (PSD/BA)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, para prever exame criminológico, aumento do prazo de internação e não liberação automática aos 21 anos de idade de adolescente que cometeu ato infracional correspondente a crime hediondo ou equiparado.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senado Federal - 22/06/2015 - Aguardando parecer da relatora Senadora Ana Amélia.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLS 65/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Romário (PSB/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, para tipificar a aplicação de qualquer forma de castigo corporal, ofensa psicológica, tratamento cruel ou degradante à criança ou adolescente com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 11/03/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PLS 90/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Humberto Costa (PT/PE)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa – Senado Federal – 08/092016 - Recebido Relatório do relator Senador Flexa Ribeiro com voto pela rejeição do Projeto.</p>
<p><a href="#">PL 629/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Vitor Valim - PMDB/CE</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – 02/06/2016 – Aguardando parecer do relator Dep. Delegado Edson Moreira (PR-MG).</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 543/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> William Woo - PV/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta novo parágrafo ao artigo 101 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1.990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Cria o corpo de Comissários Voluntários da Infância e da Adolescência, subordinado aos Juizes Titulares das Varas da Infância e da Juventude.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 19/10/2016 – Aguardando parecer do relator, Dep. Ivan Valente (PSOL-SP).</p>
<p><a href="#">PL 544/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> William Woo - PV/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a redação do parágrafo único do artigo 2º e o parágrafo 5º do artigo 121 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1.990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 05/03/2015 – Apensado ao PL-7789/2014.</p>
<p><a href="#">PL 508/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Major Olimpio Gomes - PDT/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 242, da Lei Nº 8.069, de 30 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), revoga o inciso V, do parágrafo único, do art. 16, da Lei Nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), revoga os arts. 18 e 19 do Decreto-Lei Nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei de Contravenções Penais).</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 22/09/2015 - Parecer do Relator, Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação, com substitutivo.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 498/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Bonifácio de Andrada - PSDB/MG</p> <p><b>Ementa:</b> Regulamenta os conflitos envolvendo a guarda compartilhada e dá outras providências.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 07/07/2015 – Devolvido ao Relator, Dep. Pr. Marco Feliciano (PSC-SP), para reexame.</p>
<p><a href="#">PL 454/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Rômulo Gouveia - PSD/PB</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a realização de exames toxicológicos nos adolescentes matriculados na rede de ensino.</p>	<p>Comissão de Educação – Câmara dos Deputados – 10/09/2015 - Retirado pelo Autor.</p>
<p><a href="#">PL 387/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Alberto Fraga - DEM/DF</p> <p><b>Ementa:</b> Altera dispositivos da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Trata da responsabilidade criminal da criança e do adolescente.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a>.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 26/03/2015 – Apensado ao PL-192/2015.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 44/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Sergio Vidigal - PDT/ES</p> <p><b>Ementa:</b> Dá nova redação ao inciso II do art. 35 da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, substituindo o termo "menor" pela expressão "crianças e adolescentes, e dá outras providências.</p>	<p>Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher – Câmara dos Deputados – 27/10/2016 –Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 922/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Capitão Augusto - PR/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Inclui a medida de internação nos casos de prática de ato infracional tipificado como crime hediondo.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>26/03/2015 – Apresentação do projeto. Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PL 4/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Ricardo Barros - PP/PR</p> <p><b>Ementa:</b> Dobra a pena de quem utilizar-se de menor em delitos.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera o Decreto-Lei 2.848, de 1940.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 13/02/2015 – Retirado pelo autor.</p>



Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 1/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Ricardo Barros - PP/PR</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta o art. 53-A a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Finanças e Tributação – Câmara dos Deputados – 04/03/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 7569/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Lucio Vieira Lima - PMDB/BA</p> <p><b>Ementa:</b> DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ÀS VÍTIMAS DE ALIENAÇÃO PARENTAL, AMPARADAS PELA LEI 12.318/10 (LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL).</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 14/07/2015 – Aguardando parecer do relator Dep. João Marcelo Souza (PMDB-MA).</p>
<p><a href="#">PL 7986/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Vitor Paulo - PRB/RJ</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a criação do Programa Creche Saudável visando propiciar o acompanhamento médico, nutricional e psicológico para crianças nas creches públicas e comunitárias</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 08/10/2014 – Aguardando designação de relator.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 1243/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Dagoberto - PDT/MS</p> <p><b>Ementa:</b> Altera os artigos 2º, 108, 121 e 122 da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 13/05/2015 - Apensado ao PL 7789/2014.</p>
<p><a href="#">PLS 227/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> SENADOR - Wilder Morais</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas mínima e máxima do crime do art. 244-B.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 12/06/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 7307/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Rogério Peninha Mendonça - PMDB/SC</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever sanções à criança e ao adolescente estudante que desrespeitar as regras de conduta da instituição de ensino na qual estiver matriculado.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 22/09/2015 – Aguardando parecer do relator, Dep. Marcus Pestana (PSDB-MG).</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 7563/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Arnaldo Jordy - PPS/PA</p> <p><b>Ementa:</b> Desburocratiza o processo de adoção.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera as Leis n°s 12.010, de 2009 e 8.069, de 1990.</p>	<p>23/08/2016 – Apensado ao <a href="#">PL 1432/2011</a></p>
<p><a href="#">PL 1383/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Capitão Augusto - PR/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Revoga o inciso I do art. 65 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 14/05/2015 - Apensado ao PL 2862/2004.</p>
<p><a href="#">PL 1570/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Cabo Sabino - PR/CE</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer tempos máximos de aplicação de medidas socioeducativas e dá medidas correlatas.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 21/05/2015 - Apense-se à(ao) PL-7789/2014.</p>
<p><a href="#">PL 3792/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Maria do Rosário - PT/RS , Eliziane Gama - REDE/MA , Josi Nunes - PMDB/TO , Zé Carlos - PT/MA , Margarida Salomão - PT/MG , Tadeu Alencar - PSB/PE e outros</p> <p><b>Ementa:</b> Estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, e dá outras providências.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 28/06/2016 - Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa; ; ; Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN).</p>

### **3.1.2. Escuta da Criança e Adolescente**

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 5329/2005</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Paulo Pimenta (PT/RS)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera dispositivos processuais penais sobre <b>oitiva da vítima</b>, em caso de crimes cometidos contra criança ou dolescente.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados - 22/03/2016 - Aguardando designação de relator.</p>

## **3.2. Psicologia Jurídica – Execução Penal**

### **3.2.1. Debate sobre Justiça e Segurança Pública**

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLS 517/2011</a> <a href="#">PL 7169/2014</a> <a href="#">Câmara</a>)</p> <p><b>Autor:</b> Sen. Ricardo Ferraço (PMDB/ES)</p> <p><b>Ementa:</b> Institui e disciplina o <b>uso da mediação</b> como instrumento para prevenção e <b>solução consensual de conflitos</b>.</p>	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) – 02/07/2015 - convertido na Lei nº 13.140, de 2015.</p>
<p><a href="#">PL 3473/2000</a></p> <p><b>Autor:</b> Poder Executivo</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Parte Geral do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.</p> <p>Explicação: <b>Fixa critérios quanto à aplicação e cumprimento da pena de prisão</b> (regime fechado, semi-aberto e livramento condicional); pena de restrição de direitos (prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direito e limitação de fim de semana), multa e perda de bens.</p>	<p>Plenário da Câmara dos Deputados – Pronto para pauta – 31/07/2003</p>

<p><a href="#">PL 5075/2001</a></p> <p><b>Autor:</b> Poder Executivo</p> <p><b>Ementa:</b> Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal. Explicação: <b>Altera a designação da pena privativa de liberdade para pena de prisão em regime fechado</b> e de pena restritiva de direitos para pena de restrição de direitos; dispendo sobre a desinternação progressiva do internado de acordo com a perícia médica e os demais órgãos da execução da medida de segurança e modificando a progressão de regime prisional de acordo com o cometimento de faltas disciplinares.</p>	<p>Plenário da Câmara dos Deputados – 10/02/2005 – Pronto para pauta.</p>
<p><a href="#">PL 4064/2008</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Dr. Talmir (PV/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre <b>medidas de segurança em estabelecimentos penitenciários</b>.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PL 4827/1998 (PLC 94/2002 - Câmara)</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Zulaiê Cobra (PSDB/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Institucionaliza e disciplina a <b>mediação</b>, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 19/06/2013 - Aprovado às Emendas ou ao Substitutivo do Senado, Dep. Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado, exceto quanto aos seguintes dispositivos, considerados inconstitucionais e injurídicos: arts. 15, 17, 18, 19, 20, inciso V do art. 25, 27, parágrafo único do art. 41 e 45 do Substitutivo do Senado.</p>

<p><a href="#">PL 2230/ 2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Domingos Dutra (PT/MA)</p> <p><b>Ementa:</b> Institui o <b>Estatuto Penitenciário Nacional</b>.</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">clique aqui</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PLS 156/2009 (PL 8045/2010 - Câmara)</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. José Sarney (PMDB/AP)</p> <p><b>Ementa:</b> Código de <b>Processo Penal</b>.</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">PL 7987/2010</a></p>	<p>Aguardo constituição de Comissão Especial – 27/03/2014 - Câmara dos Deputados – 11/03/2015 - Apresentação do Requerimento de Constituição de Comissão Especial de Projeto n. 906/2015, pelo Deputado Valadares Filho (PSB-SE), que: "Requer criação de Comissão Especial para emitir parecer ao Projeto de Lei 8045/2010 de autoria do Senado Federal, que dispõe sobre Projeto de Código de Processo Penal".</p>
<p><a href="#">PL 7006/2006</a></p> <p><b>Autor:</b> Comissão de Legislação Participativa</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o <b>uso facultativo de procedimentos de Justiça Restaurativa no sistema de justiça criminal</b>, em casos de crimes e contravenções penais.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados – 22/03/2016 – Pronta para pauta.</p>

<p><a href="#">PL 3415/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Keiko Ota - PSB/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Aumenta para um terço o período de cumprimento da pena para progressão de regime do condenado e exige avaliação psicossocial realizada por comissão Técnica de Avaliação.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Coordenação de Comissões Permanentes - Câmara dos Deputados - 29/03/2015 - Encaminhada à publicação.</p>
<p><a href="#">PLS 89/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Humberto Costa (PT/PE)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.</p>	<p>Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - 28/10/2015 - Aguardando parecer do relator Senador Raimundo Lira.</p>



### 3.2.2. Trabalho do Profissional da Psicologia no Sistema de Justiça e Segurança Pública

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 7811/2010</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Regulamenta o exercício da atividade, define as atribuições do <b>Perito Judicial</b> e dá outras providências.</p>	<p>Retirado de tramitação pelo autor- Câmara dos Deputados – 12/11/2013</p>
<p><a href="#">PL 309/1999</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Enio Bacci relator Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), pela rejeição.</p> <p><b>Ementa:</b> Prevê <b>atendimento de saúde compatível aos presos</b>, e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 7.210, de 1984.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados – 04/06/2003 - Apensado ao PL 289/1999.</p>

<p><a href="#">PLS 104/1995 (PL 4500/2001 - Câmara)</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. Romeu Tuma (PFL/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Estabelece que no cumprimento de pena superior a 8 (oito) anos, a <b>progressão do regime de execução da pena privativa</b> de liberdade só poderá ocorrer depois que o preso tiver cumprido ao menos 2/5 (dois quintos) da pena, ou 3/5 (três quintos), se reincidente; havendo a constatação da impossibilidade material de realização do exame criminológico, poderá o juiz decidir, ouvindo ou não outros profissionais, inclusive para a concessão de livramento condicional. Pacote sobre Segurança Pública.</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">clique aqui</a></p>	<p>Plenário da Câmara dos Deputados – Pronto para Pauta – 30/10/2002</p>
<p><a href="#">PLS 190/2007</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. Maria do Carmo Alves (DEM/SE)</p> <p><b>Ementa:</b> Prevê o <b>exame criminológico para progressão de regime</b>, livramento condicional, indulto e comutação de pena.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senado Federal – 03/06/2015 – Aguardando designação de relator.</p>

<p><a href="#">PL 4655/2009</a></p> <p><b>Autor:</b> Glauber Braga (PSB/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> É introduzida a Subseção VI na Seção III da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com o conceito de sobrepena e suas conseqüências.</p> <p><b>Explicação da Ementa:</b> Caracteriza como sobrepena as situações degradantes, tais como: superlotação carcerária, maus tratos, tortura e falta de assistência médica e psicológica sofrida pelos reclusos ou detentos, implicando em redução da pena.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados - 03/06/2015 - Aguardando parecer do relator, Dep. Tadeu Alencar (PSB-PE).</p>
--	--

### 3.2.3. Psicologia, Municipalização e Controle Social da Execução Penal

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 7317/2010</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Jorge Tadeu Mudalen</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta o art. 24-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal" e dá outras providências.</p> <p><b>Explicação:</b> <i>Adequa o sistema prisional feminino a modelos de terceirização já adotados em outros setores.</i></p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados - 14/04/2015 - Aguardando designação de relator.</p>

<p><a href="#">PL 3391/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Carlos Bezerra (PMDB/MT)</p> <p><b>Ementa:</b> Estabelece prazo para que a União firme convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas ao cumprimento de disposições constitucionais e legais e altera artigos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Estabelece o prazo de cento e vinte dias para adequação e construção de estabelecimentos penais. Autoriza o condenado a cumprir pena fora da comarca onde ocorrer a condenação.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados - 25/05/2016 - Aguardando parecer do Relator, Dep. Valtenir Pereira (PMDB-MT).</p>
<p><a href="#">PL 3123/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Alexandre Leite (DEM/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre privatização dos estabelecimentos penitenciários.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera a Lei de Execução Penal (<a href="#">Lei nº 7.210, de 1984</a>).</p>	<p>Câmara dos Deputados - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - 10/08/2016 - Apresentação do Parecer do Relator, Deputado Benjamin Maranhão, pela aprovação.</p>
<p><a href="#">PLS 513/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> SENADOR - Renan Calheiros</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei de Execução Penal</p>	<p>Senado Federal - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - 26/03/2015 - Aguardando parecer do relator Senador Eunício Oliveira.</p>

#### 4. Formação Científica e Profissional em Psicologia

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 5165/2009</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Jefferson Campos (PTB/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre <b>estágios como componente curricular do curso superior de graduação em Psicologia</b>. (Estágio curricular em empreendimentos ou projetos de interesse social).</p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PL 3340/2000</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Renato Silva (PSDB/PR)</p> <p><b>Ementa:</b> Determina que a <b>criação de novos cursos</b> superiores de direito dependerão de parecer da subseção da OAB, e de cursos de odontologia, medicina, <b>psicologia</b> e veterinária, de parecer da representação local dos respectivos conselhos regionais de classe, e dá outras providências.</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">PL 5263/2001</a>; <a href="#">PL 839/2003</a>; <a href="#">PL 1823/2003</a></p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 21/10/2015 - Parecer do Relator, Dep. Elmar Nascimento (DEM-BA), pela inconstitucionalidade deste; do PL 5263/2001, do PL 839/2003, do PL 1823/2003, apensados; e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.</p>

<p><a href="#">PL 1169/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Rogério Carvalho (PT/SE)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o <b>certificado de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde</b> e sua exigência nas provas de títulos dos concursos públicos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PL 791/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Jovair Arantes (PTB/GO)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.</p> <p><b>Apensado:</b> PL 3028/2011</p>	<p>Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - Câmara dos Deputados – 15/07/2016 - Devolvida pelo Relator sem Manifestação.</p>

## 5. Direitos Humanos e Cidadania

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 478/2007</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Luiz Bassuma (PT/BA); Dep. Miguel Martini (PHS/MG)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados - 23/06/2015 - Aguardando parecer do relator Dep. Marcos Rogério (PDT-RO).</p>

<p><a href="#">PLS 236/2010</a></p> <p><b>Autor:</b> Jefferson Praia (PDT/AM)</p> <p><b>Ementa:</b> Institui a Ajuda Especial de Manutenção para a família que mantém sob seus cuidados pessoa com mais de setenta anos de idade.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Cria a Ajuda Especial de Manutenção, a ser recebida pela família com renda mensal per capita igual ou inferior a um salário mínimo, aí computado o valor de todos os benefícios previdenciários e assistenciais percebidos, que mantenha sob seus cuidados pessoa com mais de setenta anos; estabelece como deveres da família beneficiada empregar o auxílio em benefício exclusivo do idoso, sob pena de responsabilização civil, e comunicar, no prazo de trinta dias, seu falecimento, sob pena de responsabilização criminal por apropriação indébita; determina que as despesas com o programa correrão à conta de dotações do Orçamento da Seguridade Social da União; prevê a entrada em vigor da lei no exercício subsequente ao de sua publicação.</p>	<p>Senado Federal – 26/12/2014 – Arquivado ao final da legislatura.</p>
<p><a href="#">PLS 470/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)</p> <p><b>Ementa</b> Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências.</p>	<p>Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Senado Federal – 07/02/2014 – Aguardando parecer do relator Senador João Capiberibe.</p>



<p><a href="#">PLS 7582/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Maria do Rosário - PT/RS</p> <p><b>Ementa</b> Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art. 1 o e caput do art. 50 da Constituição Federal, e dá outras providências.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Direitos Humanos e Minorias - Câmara dos Deputados - 23/09/2015 - Aguardando parecer do relator Dep. Paulo Pimenta (PT-RS).</p>
<p><a href="#">PDS 7/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Magno Malta (PR/ES) e outro(s) Sr(s). Senador(es)</p> <p><b>Ementa:</b> Convoca plebiscito sobre a instituição de prisão perpétua para os crimes relacionados à pedofilia, ao narcotráfico e à corrupção ativa.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senado Federal - 28/10/2015 - Aguardando parecer do relator Senador Ivo Cassol.</p>
<p><a href="#">PLS 73/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Senador Romário (PSB/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o disposto no art. 213, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para agravar a pena para quem cometer o crime de estupro.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senado Federal - 25/02/2016 - Aguardando parecer do relator Senador Paulo Paim.</p>

<p><a href="#">SCD 2/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> COMISSÃO - CPI - Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil - 2011</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o enfrentamento ao tráfico internacional e interno de pessoas, proteção e assistência às vítimas; e altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990, 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e 9.615, de 24 de março de 1998.</p>	<p>Senado Federal - 13/09/2016 - Aprovado - 19/10/2016 - à sanção</p>
<p><a href="#">PL 448/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Onyx Lorenzoni - DEM/RS</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que passa a vigorar acrescido do inciso IX, classificando como hediondos os crimes praticados contra agente da segurança pública ou guarda prisional, no exercício de suas funções ou em razão dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, praticado em razão dessa condição.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Câmara dos Deputados - 26/03/2015 - Apensado ao Projeto de Lei n. 846/2015.</p>
<p><a href="#">PL 238/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Luiz Couto - PT/PB</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre normas de equidade de gênero e raça, de igualdade das condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público.</p>	<p>Comissão de Direitos Humanos e Minorias - Câmara dos Deputados - 22/06/2015 - Devolvido ao Relator, Dep. Arnaldo Jordy (PPS-PA).</p>

<p><a href="#">PL 931/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Lindomar Garçon - PV/RO</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a obrigatoriedade de acompanhamento psicológico para pessoas abrigadas em entidades como orfanatos, creches e asilos em todo o território nacional.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 03/08/2016 - Parecer do Relator, Dep. Célio Silveira (PSDB-GO), pela rejeição.</p>
<p><a href="#">PL 1411/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Rogério Marinho - PSDB/RN</p> <p><b>Ementa:</b> Tipifica o crime de Assédio Ideológico e dá outras providências.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.069, de 1990.</p>	<p>06/05/2015 - Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.</p>

### **5.1.LGBT/Gênero**

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 5003/ 2001 (PLC 122/ 2006 - Câmara)</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Iara Bernardi (PT/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas.</p>	<p>Senado Federal – 26/12/2014 – Arquivada ao final da legislatura.</p>

<p><a href="#">PDC 232/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. André Zacharow - PMDB/PR</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a convocação de plebiscito para decidir sobre a <b>união civil de pessoas do mesmo sexo</b>; respondendo a seguinte questão: "Você é a favor ou contra a união civil de pessoas do mesmo sexo?".</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">PDC 521/2011</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PL 5002/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Érika Kokay (PT/DF)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Projeto denominado Lei João W. Nery, Lei de Identidade de Gênero.</p>	<p>Câmara dos Deputados – Comissão de Direitos Humanos e Minorias – 03/05/2016 – Parecer do Relator, Dep. Luiz Couto (PT-PB), pela aprovação, com emenda.</p>
<p><a href="#">PL 6424/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Paulão (PT/AL)</p> <p><b>Ementa:</b> Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, no caso de violência contra transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais e gays que forem atendidos em serviços de saúde públicos ou privados.</p>	<p>Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - Câmara dos Deputados – 02/06/2016 – Aguardando parecer da relatora Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC).</p>

<p><a href="#">PL 4211/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Jean Wyllys – (PSOL/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 06/02/2015 - Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa.</p> <p>31/03/2015 - Ato da Presidência : Cria Comissão Especial, nos termos do inciso II e do § 1º do art. 34 do Regimento Interno.</p>
<p><a href="#">PLC 122/2006</a></p> <p><b>Autor:</b> Deputada Iara Bernardi (PT/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.</p>	<p>Senado Federal – 26/12/2015 – Arquivada ao final da legislatura.</p>
<p><a href="#">PL 7018/2010</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Zequinha Marinho (PSC/PA)</p> <p><b>Ementa:</b> Veda a adoção de crianças e adolescentes por casais do mesmo sexo.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 1990.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>

<p><a href="#">PL 5167/2009</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Capitão Assunção (PSB/ES) e Dep. Paes de Lira (PTC/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família - Câmara dos Deputados - 06/02/2015 - Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 4914/2009</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. José Genoíno (PT-SP) e outros</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Aplica à união estável de pessoas do mesmo sexo os dispositivos do Código Civil referentes a união estável entre homem e mulher, com exceção do artigo que trata sobre a conversão em casamento.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família - Câmara dos Deputados - 06/02/2015 - Aguardando designação de relator.</p>

<p><a href="#">PL 4508/2008</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Olavo Calheiros (PMDB/AL)</p> <p><b>Ementa:</b> Proíbe a adoção por homossexual.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera o parágrafo único do art. 1.618, da Lei nº 10.406, de 2002.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 04/02/2009 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL-4373/2008</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Sueli Vidigal (PDT/ES)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a proibição de tratamento discriminatório aos cidadãos doadores de sangue por parte das entidades coletoras.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p> <p>Dep. Sueli Vidigal (PDT/ES)</p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PL 3323/2008</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Walter Brito Neto (PRB/PB)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a adoção por casal do mesmo sexo.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 20/08/2008 - Declarado prejudicado, face a aprovação da Emenda Substitutiva de Plenário nº 1 (PL 6222/2005).</p>

<p><a href="#">PL- 3712/2008</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Maurício Rands (PT/PE)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o inciso II do art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, incluindo na situação jurídica de dependente, para fins tributários, o companheiro homossexual do contribuinte e a companheira homossexual da contribuinte do Imposto de Renda de Pessoa Física e dá outras providências.</p> <p><b>Apensado:</b> <a href="#">PL 955/2011</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PL 2976/2008</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Cida Diogo (PT/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta o art. 58-A ao texto da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, criando a possibilidade das pessoas que possuem orientação de gênero travesti, masculino ou feminino, utilizarem ao lado do nome e prenome oficial, um nome social</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 19/03/2008 - Encaminhada à publicação.</p>
<p><a href="#">PL 580/2007</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Clodovil Hernandes (PTC/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 20/02/2015 - Encaminhada à republicação. Avulso Inicial.</p>



<p><a href="#">PL 81/2007</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Fátima Bezerra (PT-RN)</p> <p><b>Ementa:</b> Institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> A ser comemorado no dia 17 de maio.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 26/10/20017 - Aguardando deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA).</p>
<p><a href="#">PL 70/1995</a></p> <p><b>Autor:</b> José Coimbra (PTB/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e dá outras providências.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Admite a mudança do prenome mediante autorização judicial nos casos em que o requerente tenha se submetido a intervenção cirúrgica destinada a alterar o sexo original, ou seja, operação transexual. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.</p> <p><b>Apensados:</b> PL 3727/1997 ; PL 5872/2005 ; PL 2976/2008 ; PL 1281/2011 ; PL 4241/2012</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 10/04/1996 – Aprovação unânime do parecer favorável do relator Agnelo Queiroz – Pronto para pauta no Plenário.</p>

<p><a href="#">PL 2773/2000</a></p> <p><b>Autor:</b> Alceste Almeida (PMDB-RR)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a redação do art. 235, do Código Penal Militar, excluindo do texto o crime de pederastia.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 1969.</p> <p><b>Apensados:</b> PL 6871/2006</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 17/08/2005 – Aprovado o parecer do relator Dep. Marcelo Ortiz, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, nos termos da emenda da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e, no mérito, pela aprovação. – Pronta para pauta no Plenário.</p>
<p><a href="#">PL 287/03</a></p> <p><b>Autor:</b> Laura Carneiro (DEM-RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes, de até vinte e quatro anos de idade.</p>	<p>Senado Federal – 09/07/2004 – Encaminhado a Câmara dos Deputados para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.</p>

<p><a href="#">PL 6418/05</a></p> <p><b>Autor:</b> Senador Paulo Paim (PT/RS)</p> <p><b>Ementa:</b> Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Incluindo o crime de discriminação no mercado de trabalho, injúria resultante de preconceito, apologia ao racismo, atentado contra a identidade étnica, religiosa ou regional e associação criminosa, tornando-os crimes inafiançáveis e imprescritíveis. Revogando a Lei nº 7.716, de 1989.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 18/12/2013 – Aprovado o parecer do relator Dep. Henrique Afonso (PV-AC), pela aprovação. – Pronta para pauta no Plenário.</p>
<p><a href="#">PEC 66/2003</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Maria do Rosário (PT/RS)</p> <p><b>Ementa:</b> Dá nova redação aos arts. 3º e 7º da Constituição Federal.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Proíbe a diferença de salários e de exercício de função e de critério de admissão por motivo de discriminação por orientação e expressão sexual, etnia, crença religiosa, convicção política, condição física, psíquica ou mental.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">PEC 392/2005</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 11/02/2015 - Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA.</p>

<p><a href="#">PL 2383/2003</a></p> <p><b>Autor:</b> Maninha (PSOL/DF)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que "Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", na forma que especifica e dá outras providências.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Estabelece que as operadoras de planos de saúde não poderão criar restrições à inscrição de pessoas como dependentes de outras em função de pertencerem ao mesmo sexo.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 08/03/2003 – Aprovado o parecer do Relator, Dep. Alexandre Cardoso (PSB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo - Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA).</p>
<p><a href="#">PL 2726/2003 (apensado ao P/L 3980/2000)</a></p> <p><b>Autor:</b> Dr. Clair (PT/PR)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Proíbe a discriminação por orientação sexual, doença, propositura de ação trabalhista, atividade sindical, política ou partidária, que limite o acesso ou a manutenção do emprego.</p> <p><b>Apensados:</b> PL 7727/2014</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 28/01/2004 – Aguardando designação de relator.</p>

<p><a href="#">PL 6297/2005</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Maurício Rands (PT-PE)</p> <p><b>Ementa:</b> Acresce um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e acresce uma alínea ao inciso I do art. 217 da Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, para incluir na situação jurídica de dependente, para fins previdenciários, o companheiro homossexual do segurado e a companheira homossexual da segurada do INSS e o companheiro homossexual do servidor e a companheira homossexual da servidora pública civil da União.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PL 6655/2006</a> (<a href="#">PLC 072/2007</a> - Senado)</p> <p><b>Autor:</b> Luciano Zica (PT/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre registros públicos e dá outras providências, possibilitando a substituição do prenome de pessoas transexuais.</p>	<p>Senado Federal – 26/12/2014 – Arquivado ao final da legislatura.</p>
<p><a href="#">PL 6871/2006</a></p> <p><b>Autor:</b> Laura Carneiro (DEM-RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a redação do art. 235 do Código Penal Militar, excluindo do nome jurídico o termo "pederastia" e do texto a expressão "homossexual ou não" e acrescentando parágrafo único, para excepcionar a incidência.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 1969.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados – 12/04/2006 - Apensado à(ao) <a href="#">PL-2773/2000</a>.</p>

<p><a href="#">PL 8032/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Jandira Feghali (PCdoB/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Amplia a proteção de que trata a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - às pessoas transexuais e transgêneros.</p>	<p>Comissão de Direitos Humanos e Minorias - Câmara dos Deputados - 17/08/2015 - Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDHM, pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).</p> <p>06/05/2015 - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p>
<p><a href="#">PDC 18/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Jair Bolsonaro - PP/RJ</p> <p><b>Ementa:</b> Ficam sustados os efeitos do inteiro teor das Resoluções nº 11, de 18 de dezembro de 2014, e nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos, ambas publicadas na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 48, de 12 de março de 2015.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Direitos Humanos e Minorias - Câmara dos Deputados - 26/03/2015 - Aguardando designação de relator.</p> <p>29/05/2015 - Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 2020/2015, pelos Deputados Alan Rick (PRB-AC) e outros.</p>
<p><a href="#">PDC 17/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Pr. Marco Feliciano - PSC/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Susta a aplicação da Resolução nº 11, de 18 de Dezembro de 2014, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil.</p>	<p>Comissão de Direitos Humanos e Minorias - Câmara dos Deputados - 26/03/2015 - Aguardando designação de relator.</p>

<p><a href="#">PDC 16/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Pr. Marco Feliciano - PSC/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Direitos Humanos e Minorias - Câmara dos Deputados - 24/03/2015 - Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 40/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Sergio Vidigal - PDT/ES</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a proibição de tratamento discriminatório aos cidadãos doadores de sangue por parte das entidades coletoras.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera a Lei nº 10.205 de 2001.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Câmara dos Deputados - 10/02/2015 - Encaminhada à publicação.</p>
<p><a href="#">PEC 110/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Marta Suplicy (PT/SP) e outro(s) Sr(s). Senador(es)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 7º da Constituição para dispor sobre licença-natalidade, licença após adoção e vedar discriminação de trabalhador em virtude de orientação sexual ou identidade de gênero.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senado Federal - 09/06/2015 - Aguardando designação de relator.</p>

<p><a href="#">PEC 111/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Marta Suplicy (PT/SP) e outro(s) Sr(s). Senador(es)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 3º da Constituição Federal para incluir entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos relativos a identidade de gênero ou orientação sexual.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 10/03/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PLS 113/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Marta Suplicy (PT/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para incluir as transferências voluntárias relativas a ações de combate à violência contra a mulher entre aquelas que não são passíveis de restrição.</p>	<p>Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – Senado Federal – 06/11/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PLS 612/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Marta Suplicy (PT/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 05/03/2015 - Matéria pronta para a Pauta na Comissão com voto do Senador Roberto Requião pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH.</p>
<p><a href="#">PLS 658/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Marta Suplicy (PT/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 10/03/2015 – Aguardando designação de relator.</p>



<p><a href="#">PL 620/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Júlia Marinho - PSC/PA</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a adoção conjunta por casal homoafetivo.</p>	<p>23/08/2016 – Apensado ao <a href="#">PL 1432/2011</a></p>
<p><a href="#">PL 335/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Wadson Ribeiro - PCdoB/MG</p> <p><b>Ementa:</b> Assegura às pessoas que mantenham união estável homoafetiva o direito à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação desenvolvidos pelo Governo Federal e dá outras providências.</p>	<p>Comissão de Direitos Humanos e Minorias – Câmara dos Deputados – 04/05/2015 – Aguardando parecer do relator Dep. Jean Wyllys (PSOL-RJ).</p>
<p><a href="#">PDC 26/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Ezequiel Teixeira - SD/RJ</p> <p><b>Ementa:</b> Susta a aplicação 12 de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais e dá outras providências.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Direitos Humanos e Minorias – Câmara dos Deputados – 07/04/2015 – Aguardando designação de relator.</p> <p>19/05/2015 - Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 1905/2015, pelos Deputados Arthur Oliveira Maia, Líder do SD, e outros Líderes</p>

<p><a href="#">PDC 30/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Eros Biondini - PTB/MG</p> <p><b>Ementa:</b> Susta a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNDC/LGBT, que "Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização."</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Direitos Humanos e Minorias – Câmara dos Deputados – 07/04/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PLS 150/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Senador Otto Alencar – PSD/BA</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar criminalmente a discriminação ou preconceito de opção ou orientação sexual.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 01/04/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PLS 291/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> SENADORA - Gleisi Hoffmann</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera o Código Penal, para dispor que, no crime de injúria, se essa consistir na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem, gênero ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência a pena de reclusão será de um a três anos e multa.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 08/07/2015 – Aguardando parecer da relatora Senadora Rose de Freitas.</p>

<p><a href="#">PL 1432/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Jorge Tadeu Mudalen - DEM/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a adoção tardia.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – 21/06/2016 – Aguardando parecer da relatora Dep. Geovania de Sá (PSDB-SC).</p>
--	---

## 6. Educação

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLS 402/2008 (PL 7081/2010 Câmara)</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. Gerson Camata (PMDB/ES)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da <b>Dislexia e do Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade</b> na educação básica.</p> <p><b>Projetos Pensados:</b> <a href="#">clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Finanças e Tributação – Câmara dos Deputados – 02/06/2015 – Apresentação do parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela adequação financeira e orçamentária</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 1011/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Fábio Faria (PMN/RN)</p> <p><b>Ementa:</b> Tipifica o "bullying" como crime contra a honra.</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> clique aqui</p>	<p>Câmara dos Deputados – Comissão de Seguridade Social e Família – 13/04/2015 – Aguardando parecer do relator Dep. Mandetta (DEM-MS).</p>
<p><a href="#">PLC 118/2011 (PL 7483/2010 Câmara)</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Osmar Terra (PMDB/RS)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispor sobre o exame de aptidão física e mental com vistas à detecção do <b>Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade – TDAH em motociclistas.</b></p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 11/05/2015 – Matéria aguardando distribuição em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.</p>
<p><a href="#">PLS 228/2010 (PL 1785/2011 - Câmara)</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. Gim Argello (PTB/DF)</p> <p><b>Ementa:</b> Inclui entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a <b>promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying.</b></p>	<p>Comissão de Finanças e Tributação – Câmara dos Deputados – 28/05/2015 – Aguardando parecer do relator Dep. Rafael Motta (PROS-RN).</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 5369/2009 (PLC 68/2013 Câmara)</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Vieira da Cunha (PDT/RS)</p> <p><b>Ementa:</b> Institui o Programa de Combate ao "<b>Bullying</b>".</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">clique aqui</a></p>	<p>06/11/2015 - Transformado na Lei Ordinária 13185/2015. DOU 09/11/15 PÁG 01 COL 02.</p>
<p><a href="#">PLS 196/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o combate ao <b>bullying</b> nas escolas.</p>	<p>Arquivado – Senado Federal – 19/12/2013.</p>
<p><a href="#">PLS 414/2008 (PL 6755/2010)</a></p> <p><b>Autor:</b> Senador Flávio Arns</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir desta idade.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 11/12/2013 – Aguardando designação de relator.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 4212/2004 (apensado ao PL 4533/2012)</a></p> <p><b>Autor:</b> Átila Lira (PSDP/PI)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Fixa normas para a educação superior das instituições públicas e privadas de ensino. Projeto chamado de "Reforma Universitária".</p>	<p>Comissão Especial – Câmara dos Deputados – 14/07/2010- Pronto para pauta.</p>
<p><a href="#">PL 105/2007</a></p> <p><b>Autor:</b> Luiza Erundina (PSB/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Inclui o ensino da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia como disciplinas obrigatórias durante o ensino médio.</p> <p><b>Apensados:</b> PL 2240/2007 (1); PL 1580/2011 ; PL 3055/2011</p>	<p>Câmara dos Deputados – 06/02/2015 - Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-139/2015.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PDS 460/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> SENADOR - Cristovam Buarque e outro(s) Sr(s). Senador(es)</p> <p><b>Ementa:</b> Convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica.</p>	<p>Comissão de Assuntos Econômicos – Senado Federal – 12/08/2014 – Aguardando parecer da relatora Gleisi Hoffmann.</p>
<p><a href="#">PLS 557/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Determina que os sistemas de ensino ofereçam</p>	<p>Comissão de Assuntos Sociais – Senado Federal – 24/10/2016 – Recebido o Relatório da Senadora Rose de Freitas, com voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 557, de 2013, que tramita em conjunto.</p>
<p><a href="#">PL 3995/1997</a></p> <p><b>Autor:</b> Enio Bacci (PDT/RS)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a inclusão obrigatória da disciplina "Sexualidade e Doenças Sexualmente Transmissíveis, Formas de Contágio e Prevenção", no currículo da escola fundamental.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 434/1999</a></p> <p><b>Autor:</b> Magno Malta (PTB/ES)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre as drogas entorpecentes e psicotrópicas e sobre prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e AIDS a nível do 1º e 2º graus de ensino e nos cursos de formação de professores, e dá outras providências.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados – 30/06/2016 – Aguardando parecer do relator Dep. Pastor Eurico (PHS-PE).</p>
<p><a href="#">PL 209/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Goulart - PSD/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Institui o atendimento psicopedagógico na Educação básica.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera a Lei nº 9.394 de 1996.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Educação – Câmara dos Deputados – 15/07/2016 - apensado ao <a href="#">PL-7646/2014</a>.</p>
<p><a href="#">PL 8013/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Dr. Jorge Silva - PROS/ES</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a assistência psicológica ao educando da educação básica.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 06/11/2014 – Aguardando designação de relator.</p>



Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL1543/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Dr. Jorge Silva - PROS/ES</p> <p><b>Ementa:</b> Insere dispositivo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que as redes públicas de educação básica contem com serviços de apoio técnico de psicologia para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 14/05/2015 - Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PL7646/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Lucio Vieira Lima - PMDB/BA</p> <p><b>Ementa:</b> Institui a política de assistência psicopedagógica em todas as escolas da rede pública de ensino.</p>	<p>Comissão de Finanças e Tributação - Câmara dos Deputados – 16/08/2016 – Aguardando parecer do Relator, Dep. Mauro Pereira (PMDB-RS).</p>

## 7. Saúde

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLS 13/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. Marcelo Crivella</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a <b>prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais</b></p>	<p>Comissão de Educação – Senado Federal – 03/05/2016 – Recebido o Relatório da relatora Senadora Ângela Portela, com voto pela aprovação do Projeto – 01/11/2016 – Pronta para pauta na comissão.</p>
<p><a href="#">PL 3397/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Janete Capiberibe - PSB/AP</p> <p><b>Ementa:</b> Garante a <b>realização de cirurgias reparadoras</b> e reconstrutivas e assistência social e psicológica, gratuitamente, às <b>vítimas de escarpelamento</b>.</p>	<p>Comissão de Finanças e Tributação – Câmara dos Deputados – 07/08/2015 – Apensado ao <a href="#">PL 1879/2007</a>.</p>
<p><a href="#">PEC 362/2009</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Maurício Rands (PT/PE)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre <b>planos de carreira do Sistema Único de Saúde</b> e dá outras providências, por meio de acréscimo de parágrafos ao art. 198 da Constituição Federal. <b>Plano de Carreira do SUS</b>.</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">PEC 403/2009</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 7036/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Rogério Carvalho (PT/SE)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para criar o <b>Fórum Nacional de Ordenação de Recursos Humanos na Saúde</b>.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 04/08/2014 – Aguardando parecer do relator Dep. Amauri Teixeira (PT-BA).</p>
<p><a href="#">PL 626/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Jorge Tadeu Mudalen - DEM/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta parágrafo ao art. 8º Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente para <b>garantir atendimento ambulatorial e psicológico à menor gestante</b>.</p> <p><b>Relator Atual:</b> Dep. Cida Borghetti (PP-PR)</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher - Câmara dos Deputados – 07/11/2016 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 5981/2009</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a <b>avaliação psicológica de puérperas</b>.</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">PL 6229/2009</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLS 174/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Senador Humberto Costa (PT/PE)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para modificar o art. 36, que institui regras sobre a elaboração dos planos de saúde, e para <b>inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores</b> no âmbito do Sistema Único de Saúde.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e família – Câmara dos Deputados – 29/05/2014 - Aguardado designação de relator.</p>
<p><a href="#">PLS 619/2007</a> (<a href="#">PL 4247/2008 - Câmara</a>)</p> <p><b>Autor:</b> Sen. Tião Vianna (PT/AC)</p> <p><b>Ementa:</b> Consolida a <b>legislação sanitária federal</b>.</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">PL 3343/2008</a></p>	<p>Pronto para pauta do Plenário da Câmara dos Deputados – 19/06/2012</p>
<p><a href="#">PL 22/2007</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Dr. Rosinha (PT/PR)</p> <p><b>Ementa:</b> Estabelece o <b>Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde</b> e dá outras providências.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 4076/2001</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Henrique Fontana (PT/RS)</p> <p><b>Ementa:</b> Inclui a cobertura de <b>consultas, exames e demais procedimentos ambulatoriais de caráter preventivo.</b></p> <p><b>Obs.:</b> O projeto foi pensado ao <a href="#">PL 7419/2006</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. DCD 01/02/15 PAG 59 COL 01. Suplemento.</p>
<p><a href="#">PL 7419/2006 (PLS 174/2000-Senado)</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. Luiz Pontes (PSDB/CE)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a cobertura de <b>despesas de acompanhante de menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar.</b></p> <p><b>Projetos pensados:</b> <a href="#">clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados - 03/05/2016 – Aguardando parecer do Relator Deputado Evandro Gussi (PV-SP).</p>
<p><a href="#">PLS 217/2004</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. Tião Viana (PT/AC)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o artigo 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de Medicina e dá outras providências, e o artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir o <b>Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País.</b></p>	<p>Senado Federal – 26/128/2014 – Arquivada ao final da legislatura.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 7569/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Lúcio Vieira Lima (PSDB/BA)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a implantação do programa de atendimento psicológico às vítimas de alienação parental, amparadas pela <a href="#">lei 12.318/2010</a> (lei de alienação parental).</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família - Câmara dos Deputados - 26/02/2015 - Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 2431/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Felipe Bornier (PHS/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Proíbe a Agência Nacional de Vigilância Sanitária de vetar a produção e comercialização dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família - Câmara dos Deputados - 04/05/2016 - Aguardando designação de relator</p> <p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - 22/08/2016 - Parecer às Emendas ou ao Substitutivo do Senado, Dep. Laura Carneiro (PMDB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da emenda do Senado Federal.</p>
<p><a href="#">PLS 90/1999 (PL 1184/2003)</a></p> <p><b>Autor:</b> Lúcio Alcântara</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a Reprodução Assistida.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados - 23/05/2011 - Aguardando parecer do relator.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 818/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Major Olimpio - PDT/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de psicologia nas unidades hospitalares e dá outras providências.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 25/05/2016 – Apresentação do Parecer do Relator, Dep. Rôney Nemer (PP-DF), pela aprovação.</p>
<p><a href="#">PL 702/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Célio Silveira - PSDB/GO</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 27/10/2016 - Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS), pela aprovação, com emenda.</p>
<p><a href="#">PL 592/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Erika Kokay - PT/DF , Paulo Teixeira - PT/SP , Jean Wyllys - PSOL/RJ</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a realização anual de atividades direcionadas ao enfrentamento do HIV/AIDS durante o mês de dezembro.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 17/08/2016 – Aguardando parecer do Relator, Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ).</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 2049/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Eliane Rolim - PT/RJ</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o acompanhamento psicológico nos hospitais públicos para pacientes com câncer de mama e/ou câncer do colo do útero.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 06/03/2015 - Apensado ao PL 861/2011.</p>
<p><a href="#">PL 861/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Missionário José Olimpio - PP/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre atendimento psicológico nos hospitais públicos para pacientes com vitiligo.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Câmara dos Deputados - 24/04/2015 - Arquivado nos termos do artigo 133 do RICD (rejeição na Comissão de mérito).</p>
<p><a href="#">PL 1426/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Mara Gabrilli - PSDB/SP</p> <p><b>Ementa:</b> Tipifica como crime o exercício ilegal das profissões de saúde de nível superior.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 19/05/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 6858/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Erika Kokay - PT/DF</p> <p><b>Ementa:</b> Estabelece diretrizes gerais para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 03/06/2015 – Aguardando parecer do relator Dep. Luciano Ducci (PSB-PR).</p>



## 7.1. Saúde Suplementar

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 7267/2002</a></p> <p><b>Autor:</b> José Carlos Coutinho - PFL/RJ</p> <p><b>Ementa:</b> Adiciona-se dispositivo à Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, e dá outras providências.</p> <p><b>Explicação da Ementa:</b> Estabelece a <b>cobertura, pelos planos de saúde,</b> de sessões de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e <b>Psicologia.</b></p> <p><b>Obs.:</b> Apensado ao PL 4076/2001. <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Finanças e Tributação – Câmara dos Deputados – 19/03/2012 –</p> <p>Aguardado parecer do relator Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).</p>

## 7.2. Defesa do SUS

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLP 01/2003 (PLC 89/2007 - Câmara)</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Roberto Gouveia (PT/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Regulamenta dispositivo da Constituição Federal de 1988 (Emenda Constitucional nº 29, de 2000), que trata da <b>aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde.</b></p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">PLS 156/2007</a></p>	<p>Senado Federal – 26/12/2014 – Arquivado ao final da legislatura.</p>
<p><a href="#">PLP 321/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Comissão de Legislação Participativa</p> <p><b>Ementa:</b> Altera dispositivos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e dá outras providências.</p> <p><b>Explicação da Ementa:</b> Aplicação pela União de montante igual ou superior a <b>dez por cento de suas receitas correntes brutas, em ações e serviços públicos de saúde.</b></p> <p><b>Obs:</b> Apensado ao <a href="#">PLP 123/2012</a></p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados – 11/02/2015 – Aguardando designação de relator.</p>

### 7.3. Saúde Mental e Álcool e Outras Drogas

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLS 111/2010</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. Demóstenes Torres (DEM/GO)</p> <p><b>Ementa:</b> Prevê pena de <b>detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga</b> e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências.</p>	<p>Senado Federal – 26/12/2014 – Arquivada ao final da legislatura.</p>
<p><a href="#">PL 2439/2007 (PLC 201/2008 - Câmara)</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. José Eduardo Cardozo (PT/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta artigos à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, estabelecendo a <b>obrigatoriedade de revisões periódicas das interdições judiciais deferidas com base em enfermidade ou deficiência mental.</b></p>	<p>Senado Federal – 26/12/2014 – Arquivado ao final da legislatura.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 4312/2008</a></p> <p><b>Autor:</b> Dr. Ubiali (PSB/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Garante aos <b>pacientes internados involuntariamente</b> que não tenham antecedentes criminais o direito à <b>revisão de sua internação</b>, no mínimo a cada 6 (seis) meses, exigir que a avaliação seja feita por médico que não o responsável pela internação psiquiátrica.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PL 80/1999</a></p> <p><b>Autor: Dep:</b> Enio Bacci (PDT/RS)</p> <p><b>Ementa:</b> Institui o <b>Programa de Tratamento Gratuito para dependentes de drogas e álcool</b>, pelo SUS, e dá outras providências</p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PL 203/2003</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Roberto Magalhães (PSDB-PE)</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta um parágrafo ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, versando sobre <b>a justa causa na rescisão de contrato de trabalho em caso de alcoolismo</b>.</p> <p><b>Explicação:</b> Estabelece a rescisão do contrato de trabalho por justa causa do empregado envolvido em atos atentatórios à segurança nacional e para os casos de embriaguez habitual, desde que haja licença prévia para tratamento do alcoolismo.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família -21/11/2012 – Aguardando inclusão na pauta o parecer do relator Dep. Lael Varella (DEM-MG), pela aprovação.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 175/2007</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Nelson Pellegrino (PT/BA)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.080, de 1990, a fim de <b>inserir capítulo sobre "Atenção à Saúde dos Dependentes de Drogas"</b>.</p> <p><b>Explicação:</b> Visa o tratamento do dependente de droga visando a desintoxicação, internação ou semi-internação, farmacoterapia, psicoterapia e atendimento familiar e comunitário.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PLS 617/2007</a></p> <p><b>Autor:</b> Sen. Pedro Simon (PMDB/RS)</p> <p><b>Ementa:</b> Dá nova redação Art. 3º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a <b>proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental</b>.</p>	<p>Senado Federal – 26/12/2014 – Arquivado ao final da legislatura.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 3167/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Pastor Marco Feliciano (PSC/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a redação do art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências"</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Fixa pena de internação compulsória para tratamento de usuários de drogas e bebidas alcoólicas.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 11/02/2015 - Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-257/2015 em virtude de a(s) proposição(ões) ter(em) sido arquivada(s) definitivamente.</p>
<p><a href="#">PL 1144/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Delgado Waldir (PSDB/GO)</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta o inciso IV ao art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para fixar a pena de internação compulsória para tratamento dos usuários de drogas e bebidas alcoólicas.</p> <p><b>Apensados:</b> PL 1144/2011 ( 7 ), PL 1905/2011 , PL 1931/2011 (1) , PL 2372/2011 , PL 3167/2012</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 16/05/2011 – Aguardando designação de relator.</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 2372/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Liliam Sá (PR/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta o inciso X ao art. 101 e o art. 101-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Institui a internação compulsória como medida de proteção para crianças e adolescentes, em situação de rua, dependentes de álcool e entorpecentes.</p> <p><b>Apensado:</b> <a href="#">PL 1931/2011</a></p>	<p>Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – Câmara dos Deputados – 06/10/2011 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 7187/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Eurico Júnior (PV/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o controle, a plantação, o cultivo, a colheita, a produção, a aquisição, o armazenamento, a comercialização e a distribuição de maconha (cannabis sativa) e seus derivados, e dá outras providências.</p> <p><b>Apensado:</b> PL 7270/2014</p>	<p>Plenário (PLEN) - Câmara dos Deputados – 02/07/2015 - Apresentação do Requerimento de Desapensação n. 2370/2015, pelo Deputado Fábio Mitidieri (PSD-SE), que: "Requer, nos termos dos artigos 139, I, e 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a desapensação do Projeto de Lei nº 399, de 2015, que se encontra apensado ao Projeto de Lei 7.187, de 2014, da Câmara dos Deputados".</p>

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLS 263/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Paulo Davim (PV/RN)</p> <p><b>Ementa:</b> Institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril.</p>	<p>Comissão de Educação, Cultura e Esporte – Senado Federal – 18/09/2014 – Aguardando parecer do relator Senador Paulo Paim.</p> <p>11/12/2014 - Audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte</p>
<p><a href="#">PLS 101/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Alceu Moreira - PMDB/RS</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, para excluir a exigência de autorização judicial e da presença do Ministério Público, para a realização da incineração das drogas apreendidas pela polícia judiciária.</p>	<p>Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) – Câmara dos Deputados – 07/07/2015 - Devolução à CCP.</p>



Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 4309/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Senado Federal - Eduardo Amorim - PSC/SE</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental", para determinar a criação e a implantação de um sistema integrado de informações sobre a doença de Alzheimer.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 10/03/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 3121/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Irajá Abreu - PSD/TO</p> <p><b>Ementa:</b> Concede incentivo fiscal às entidades desportivas da modalidade futebol que instituírem programas de recuperação de jovens drogados ou desempregados, mediante capacitação técnica ou profissional, ou atendimento médico, psicológico e social.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 30/06/2015 - Apresentação do Voto em Separado n. 2 CSSF, pelo Deputado Jorge Solla (PT-BA).</p>

## 8. Mídia e Comunicação

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL1/2001</a></p> <p><b>Autor:</b> Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)</p> <p><b>Ementa:</b> Proíbe a <b>publicidade/propaganda para a venda de produtos infantis.</b></p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 12/03/2014 – Aguardado parecer do relator Deputado Arthur Oliveira Maia (SDD-BA).</p>

## 9. Avaliação Psicológica

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 1687/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Antônio Roberto (PV/MG)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a avaliação psicológica nos cursos de reciclagem de motoristas infratores.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania – 21/08/2012 - Pronto de Pauta - Parecer favorável do relator Deputada Eliseu Padilha (PMDB-RJ).</p>
<p><a href="#">PL 6804/2010</a></p> <p><b>Autor:</b> Eliene Lima (PP/MT)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, estabelecendo periodicidade para a avaliação psicológica de vigilantes e dá outras providências.</p> <p><b>Obs.:</b> Apensado ao PL 4305/2004. <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão Especial – Câmara dos Deputados – 28/05/2014 – Aguardando parecer do relator Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA).</p>
<p><a href="#">PLS 98/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 18/03/2015 – Aguardando designação de relator.</p>

## 10. Psicologia, Trabalho e Organizações

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 4330/2004</a></p> <p><b>Autor:</b> Sandro Mabel - PL/GO</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes.</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">PL 5439/2005</a></p>	<p>Plenário – Câmara dos Deputados – 22/04/2015 - Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Arthur Oliveira Maia (SD-BA) – Aguardando envio ao Senado Federal.</p>
<p><a href="#">PL 1987/2007</a></p> <p><b>Autor:</b> Cândido Vaccarezza (PT/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Consolida os dispositivos normativos que especifica referente ao Direito Material Trabalhista e revoga as leis extravagantes que especifica e os artigos 1º ao 642 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 e legislação citada correspondente. Projeto lei de consolidação apresentado nos termos da Lei Complementar nº 95 de 1998.</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>

<p><a href="#">PLS 74/2010 (PL 600PLC 14/20154/2013; PL 252/2003)</a></p> <p><b>Autor:</b> Marconi Perillo (PSDB/GO)</p> <p><b>Ementa:</b> Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Disciplina o procedimento de inscrição, das vagas e dos prazos para realização de concurso público; discrimina rol das informações que devem constar no edital de abertura de inscrições; veda a realização de concurso público que se destina exclusivamente à formação de cadastro de reserva; disciplina a composição da banca examinadora e forma de divulgação do nome de seus integrantes; descreve os tipos de provas, a forma de divulgação do resultado e a disciplina dos recursos; disciplina as penalidades (anulação das provas e fraudes em concurso público) e os procedimentos que devem ser tomados pela entidade demandante e realizadora do concurso nos casos de irregularidades sanáveis.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 12/08/2013 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 2150/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Nelson Bornier - PMDB/RJ</p> <p><b>Ementa:</b> Torna obrigatória a disponibilização dos motivos da reprovação dos candidatos em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública e dá outras providências.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 26/04/2013 - Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-1418/2011</p>

<p><a href="#">PL 1418/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Walney Rocha - PTB/RJ</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública federal e dá outras providências.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 26/04/2013 - Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-252/2003.</p>
<p><a href="#">PL 149/1999</a></p> <p><b>Autor:</b> Enio Bacci - PDT/RS</p> <p><b>Ementa:</b> Restringe exames obrigatórios na renovação da CNH.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Torna obrigatório o curso de direção defensiva e primeiros socorros apenas para os condutores de transporte coletivo de passageiros, transporte escolar, de emergência e produtos perigosos. Altera a lei nº 9.503, de 1997.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 12/02/2015 – Pronta para pauta no Plenário.</p>

## **11. Diversidade**

Proposição	Tramitação
------------	------------

[PL 2665/2007](#)

**Autor:** Rodovalho (DEM/DF)

**Ementa:** Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

**Explicação da Ementa:** Estabelece que a prática de discriminação ou preconceito envolve qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica, inclusive nos atos discriminatórios quanto ao sexo das pessoas.

**Obs:** [Apensado ao PL 6418/2005](#)

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - 05/02/2014 - apensado ao PL-6418/2005.

### 11.1. Pessoas com Deficiência

Proposição	Tramitação
------------	------------



[PL 7699/2006](#)

**Autor:** Paulo Paim (PT/RS)

**Ementa:** Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências

**Explicação da ementa:** O Estatuto da Pessoa com Deficiência é destinado a estabelecer as diretrizes gerais, normas e critérios básicos para assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania participativa plena e efetiva.

**Apensados:** [Clique aqui](#)

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Câmara dos Deputados - 06/07/2015 - Transformado na Lei Ordinária 13146/2015. DOU 07/07/15 PÁG 02 COL 02. Vetado parcialmente. (MSC 246/15-PE). Razões do veto: DOU 07/07/15 PÁG 12 COL 02.

[SCD 4/2015](#)

**Autor:** Paulo Paim (PT/RS)

**Ementa:** Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência; altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 7.853, de 24 de outubro de 1989, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.029, de 13 de abril de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.048, de 8 de novembro de 2000, 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 11.126, de 27 de junho de 2005, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e revoga dispositivo da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995.

Senado Federal - 07/07/2015 – Transformada em norma jurídica com Veto Parcial - Presidência da República.

Sancionada. LEI 013.146 DE 2015. (Vetado, Parcialmente. vide MSG 00246 de 2015). DOU - 07/07/2015 PÁG. 00002 e 00013. Sancionada em 06/06/2015.

## 11.2. Direitos das Mulheres

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PLS 292/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> COMISSÃO - CPMI - Violência contra a Mulher - 2012</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o Código Penal, para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.</p> <p><b>Explicação da Ementa:</b> Acrescenta parágrafo ao art. 121 do Código Penal, para estabelecer o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.</p>	<p>SGM - Secretaria Geral da Mesa - Senado - 29/06/2015 - Juntado original de manifestação do Ofício Pres. nº 04275/2015 da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (fls. 106-109). À SARQ</p> <p>SARQ - Secretaria de Arquivo - Senado - 29/06/2015 - Processo devolvido e arquivado.</p>
<p><a href="#">PL 6622/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Carlos Sampaio (PSDB/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para tipificar o crime de feminicídio; modifica o § 11 do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para aumentar a pena da lesão corporal decorrente de violência doméstica, se o crime constituir violência de gênero contra as mulheres e acrescenta o art. 132-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a violência psicológica contra a mulher; e altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos) para incluir o feminicídio entre os crimes considerados hediondos.</p> <p><b>Apensado:</b> PL 7490/2014</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família - Câmara dos Deputados - 14/10/2015 - Parecer da Relatora, Dep. Shéridan (PSDB-RR), pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição do PL 7490/2014, apensado.</p>

<p><a href="#">PLS 75/2012</a></p> <p><b>Autor:</b> Maria do Carmo Alves (DEM/SE)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera os artigos 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1986 (Lei de Execução Penal) para dispor que será assegurado tratamento humanitário, livre de constrangimento e violência, às presas em trabalho de parto, cabendo ao Poder Público a promoção integral da assistência à saúde da presa e do nascituro. Veda o emprego de algemas em mulheres em trabalho de parto.</p>	<p>Plenário – Senado Federal – 20/06/2016 – Aprovada.</p> <p>22/06/2016 – Remetida à Câmara dos Deputados.</p>
<p><a href="#">PL 7633/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Jean Wyllys (PSOL/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências.</p>	<p>Câmara dos Deputados – Comissão de Educação – 22/10/2015 – Aguardando parecer do relator Dep. Lelo Coimbra (PMDB-ES).</p>
<p><a href="#">PL 1618/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Roberto Britto (PP/BA)</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a criação de código de acesso telefônico para informações e orientação sobre métodos contraceptivos e aborto.</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família - Câmara dos Deputados – 13/05/2015 – Aguardando parecer do relator Dep. Diego Garcia (PHS-PR).</p>

<p><a href="#">PEC 24/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Marta Suplicy (PT/SP) e outro(s) Sr(s). Senador(es)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 46 da Constituição Federal, para destinar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para cada gênero.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 15/04/2015 – Aguardando parecer da relatora Senadora Simone Tebet.</p>
<p><a href="#">PEC 43/2012</a>(<a href="#">PEC 246/2016</a>)</p> <p><b>Autor:</b> Marta Suplicy (PT/SP) e outro(s) Sr(s). Senador(es)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados – 09/08/2016 - Parecer da Relatora, Dep. Soraya Santos (PMDB-RJ), pela admissibilidade.</p>
<p><a href="#">PLS 119/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso do “botão do pânico” no cumprimento das medidas protetivas de urgência.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 01/09/2015 – Aguardando designação de relator.</p>

<p><a href="#">PEC 23/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) e outro(s) Sr(s). Senador(es)</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta o art. 16-A à Constituição Federal, para determinar a paridade de gêneros nos assentos da Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 13/03/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PEC 24/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Marta Suplicy (PT/SP) e outro(s) Sr(s). Senador(es)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 46 da Constituição Federal, para destinar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para cada gênero.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 13/03/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 8330/2015 (PLS 443/2011- Senado)</a></p> <p><b>Autor:</b> Humberto Costa - PT/PE</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22".</p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 04/03/2015 – Aguardando designação de relator.</p>

<p><a href="#">PL 788/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Rejane Dias - PT/PI</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta dispositivo à Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.</p>	<p>Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher- Câmara dos Deputados - 29/06/2016 - Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 622/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Moema Gramacho - PT/BA</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a proibição do uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento, ou contenham manifestações de homofobia, discriminação racial ou apologia ao uso de drogas ilícitas.</p>	<p>Comissão de Direitos Humanos e Minorias - Câmara dos Deputados - 26/10/2016 - Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 347/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Rosangela Gomes - PRB/RJ</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar e dá outras providências.</p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - Câmara dos Deputados - 27/01/2016 - Aguardando parecer da relatora Dep. Soraya Santos (PMDB-RJ).</p>

<p><a href="#">PL 349/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Rosangela Gomes - PRB/RJ</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera a Lei nº 4.737, de 1965 e a Lei nº 9.504, de 1997.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 26/10/2016 – Parecer da relatora, Dep. Raquel Muniz, pela aprovação, com emenda.</p>
<p><a href="#">PL 42/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Sergio Vidigal - PDT/ES</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para reconhecer o direito de acesso ao atendimento policial especial ininterrupto como direito fundamental da mulher.</p>	<p>Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – Câmara dos Deputados – 14/07/2016 - Parecer do Relator, Dep. Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela aprovação.</p>
<p><a href="#">PLP 40/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Brunny - PTC/MG</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os condenados por crimes contra a mulher e por crimes hediondos.</p>	<p>Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher – Câmara dos Deputados – 14/07/2016 – Aguardando parecer da relatora Dep. Maria do Rosário (PT-RS).</p>



<p><a href="#">PL 36/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Sergio Vidigal - PDT/ES</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para definir normas gerais para a composição das equipes policiais de atenção à mulher vítima de violência doméstica ou familiar.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 04/03/2015 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 6/2015</a></p> <p><b>Autor:</b> Ricardo Barros - PP/PR</p> <p><b>Ementa:</b> Fica instituída a Semana de Orientação sobre a Gravidez na Adolescência, na primeira semana de maio.</p>	<p>Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher – Câmara dos Deputados – 07/11/2016 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PL 7490/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Fábio Trad - PMDB/MS</p> <p><b>Ementa:</b> Tipifica a violência psicológica.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera a Lei nº 11.340, de 2006.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 20/05/2014 – Aguardando designação de relator.</p>

<p><a href="#">PL 6061/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Hugo Leal - PSC/RJ</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que "Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual" e dá outras providências.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Seguridade Social e Família – Câmara dos Deputados – 28/08/2014 – Aguardando designação de relator.</p>
<p><a href="#">PLS 233/2009</a></p> <p><b>Autor:</b> COMISSÃO - CPI - Pedofilia - 2008</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de dar nova disciplina ao livramento condicional no caso de condenação por crimes contra a liberdade sexual.</p> <p><b>Apensados:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 15/09/2016 – Aguardando parecer do relator Senador Antonio Anastasia.</p>
<p><a href="#">PLS 136/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> SENADOR - Inácio Arruda</p> <p><b>Ementa:</b> Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano.</p>	<p>Comissão de Assuntos Econômicos – Senado Federal – 18/03/2015 – Aguardando parecer do relator Senador Romero Jucá.</p>

[PLS 5069/20153](#)

**Autor:** Eduardo Cunha - PMDB/RJ , Isaias Silvestre - PSB/MG , João Dado - PDT/SP e outros

**Ementa:** Tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - 21/10/2015 - Aprovado o Parecer, com Complementação de Voto, mantidos os textos destacados pelas Bancadas do PT (1 de 2), do PSOL, do PSDB, do PT (2 de 2) e do PCdoB.

## 12. Tramitação Jurídica e Cidadania

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PEC 554/1997</a></p> <p><b>Autor:</b> Miro Teixeira (PDT/RJ)</p> <p><b>Ementa:</b> Convoca Assembléia Nacional Constituinte a partir de 1º de fevereiro de 1999.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Estabelece que os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão unicameralmente, sendo que os trabalhos constituintes ficarão restritos aos artigos 14, 16, 17, 21 a 24, 30, 145 a 162 e as materias conexas.</p> <p><b>Propostas Apensadas:</b> <a href="#">PEC 257/2003</a> <a href="#">PEC 447/2005</a></p>	<p>Câmara dos Deputados – 30/03/1998 – Pronto para pauta no Plenário.</p>
<p><a href="#">PEC 73/2005</a></p> <p><b>Autor:</b> Eduardo Suplicy (PT/SP) e outros senadores</p> <p><b>Ementa:</b> Altera dispositivos dos artigos 14 e 49 da Constituição Federal e acrescenta o artigo 14-A, (institui o referendo revocatório do mandato de Presidente da República e de Congressista).</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Altera dispositivos da Constituição Federal referentes a revogação de mandatos do Presidente da República e membros do Congresso Nacional por referendo popular.</p>	<p>Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Senado Federal – 16/09/2013 – Pronto para pauta na comissão.</p>

<p><a href="#">PL 7005/2013</a></p> <p><b>Autor:</b> Senado Federal - Serys Shlessarenko - PT/MT</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta os §§ 3º e 4º na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.</p> <p><b>Projetos Apensados:</b> <a href="#">PL 6928/2002</a>; <a href="#">PL 689/2003</a>; <a href="#">PL 1846/2007</a>; <a href="#">PL 3453/2012</a>; <a href="#">PL 758/2003</a>; <a href="#">PL 4718/2004</a>; <a href="#">PL 7004/2006</a>; <a href="#">PL 4219/2008</a>; <a href="#">PL 7003/2010</a>; <a href="#">PL 4764/2009</a>; <a href="#">PL 5121/2013</a>; <a href="#">PL 4805/2009</a>; <a href="#">PL 3310/2012</a>; <a href="#">PL 6056/2013</a>; <a href="#">PL 6827/2013</a>; <a href="#">PL 7682/2014</a></p>	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Câmara dos Deputados – 10/07/2015 – Aguardando parecer do Relator, Dep. Luiz Couto (PT-PB).</p>
<p><a href="#">PEC 52/2011</a></p> <p><b>Autor:</b> Paulo Teixeira (PT/SP)</p> <p><b>Ementa:</b> Altera os arts. 48 e 84 da Constituição Federal, prevendo a obrigatoriedade de apresentação do Programa de Metas e Prioridades para os governos federal, estaduais e municipais.</p> <p><b>Explicação da ementa:</b> Prevê a obrigatoriedade de apresentação do Programa de Metas e Prioridades para os governos federal, estaduais e municipais.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 04/02/2015 - Apresentação do Requerimento de Desarquivamento de Proposições n. 241/2015, pelo Deputado Paulo Teixeira (PT-SP).</p>

<p><a href="#">PDC 1491/2014</a></p> <p><b>Autor:</b> Mendonça Filho (DEM/PE) e Ronaldo Caiado (DEM/GO)</p> <p><b>Ementa:</b> Susta a aplicação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências.</p>	<p>Câmara dos Deputados – 31/01/2015 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – 05/02/2015 - Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-165/2015 por não se tratar(em) de matéria(s) sujeita(s) ao arquivamento previsto no artigo 105 do RICD.</p>
--	--

### 13. Psicologia do Trânsito

Proposição	Tramitação
<p><a href="#">PL 8085/2014</a> (<a href="#">Senado - PLS 454/2012</a>)</p> <p><b>Autor:</b> Senadora Ana Amélia - PP/RS</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores.</p> <p><b>Propostas Apensadas:</b> <a href="#">Clique aqui</a></p>	<p>Comissão Especial – Câmara dos Deputados – 23/11/2015 – Aguardando parecer do relator Dep. Sérgio Brito (PSD-BA).</p>